



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

OBJETIVO: DEBATER SOBRE OS PROBLEMAS DA CADEIA PÚBLICA DE PATO BRANCO.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro de 2017, com início às 19 horas, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, localizado na rua Arariboia, nº 491, audiência pública com o objetivo de debater sobre os problemas da Cadeia Pública de Pato Branco. A Audiência Pública foi proposta pelos vereadores Carlinho Antonio Polazzo - PROS, Claudemir Zanco - PDT, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - SD, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Moacir Gregolin - PMDB, Rodrigo José Correia - PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan - PP e Vilmar Maccari - PDT, através de requerimento lido e aprovado por unanimidade dos vereadores, na sessão ordinária do dia 28 de agosto de 2017. O presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS declarou aberta a audiência pública e cumprimentou as autoridades, moradores, imprensa e demais pessoas presentes. Na sequência, convidou para compor a Mesa de Autoridades: o Prefeito de Pato Branco, Augustinho Zucchi; o Delegado Chefe da 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, Getúlio de Moraes Vargas; o Comandante Geral do 3º Batalhão de Polícia Militar de Pato Branco, Tenente Coronel Robertinho Da Luz Dolenga; a Promotora de Justiça, Ivana Ostapiv Rigailo; o Vice-Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná, Daniel Prestes Fagundes; o Vice-Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná, Dr. Ricardo Teixeira Casanova; o Presidente do Sindicato das Classes Policiais do Paraná, Fábio Rossi Barddal Drumommond; representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Pato Branco, Devon Defaci; Neri Farias, Presidente do Conselho de Segurança de Pato Branco. Prosseguindo, convidou os vereadores presentes para tomarem assento em seus lugares: Fabricio Preis de Mello - PSD, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Moacir Gregolin - PMDB, Rodrigo José Correia - PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan - PP e Vilmar Maccari - PDT. Também estavam presentes munícipes e demais cidadãos, conforme consta na lista de presença anexa. Foi registrada a presença: Hideraldo Luis Costa, Delegado Sindical do Sinclapol; Maurício Marcos Mattos, Departamento Jurídico do Sinclapol; Rohanito Góis, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato; Elza Luiza Pfaffensteller, escritora de Polícia da 5ª SDP e Delegada Sindical do Sinclapol; Clademir Mazochin, representando a Divisão Estadual de Narcóticos de Pato Branco (Denarc); Marcelo Tossulino, Maurício Hartmann, Jânio Figueiredo,



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

2

Telismara Silvestre, Renato Penteado, Marcelo Machado e Ludmila Defaci - membros da OAB; Enio Ruaro e Joel Pereira, representando a União de Bairros; Renata Babinski, representante da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Pato Branco; Daniel Cattani, ex-prefeito, vereador e presidente da Câmara; Nelson Bertani, Secretário Municipal de Meio Ambiente. Foi registrado também o recebimento das seguintes correspondências: do deputado estadual Guto Silva informando que devido a compromisso de agenda não será possível comparecer na audiência; do deputado estadual Delegado Recalcatti, informando que devido a compromisso anteriormente agendado no mesmo horário, na Capital do Estado, ficou impedido de participar do evento; do prefeito de Coronel Vivida Frank Schiavini, justificando ausência considerando que está em viagem a Curitiba/PR; da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco (ACEPB), informando que apoia irrestritamente a iniciativa do debate, não somente pelo fato ocorrido recentemente, mas sim, pelos problemas constantes e até agora sem solução por parte das autoridades competentes. Na sequência, o vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS comunicou que, na condição de um dos proponentes, conduzirá os trabalhos desta audiência pública. Informou que esta audiência pública está sendo gravada e todos os manifestos serão de inteira responsabilidade dos interlocutores. A audiência pública está embasada na Lei nº 2.766, de 9 de maio de 2007, que dispõe sobre a realização de audiências públicas no âmbito da Administração Pública Municipal. "Art. 3º. As Audiências públicas poderão ser realizadas mediante proposta de qualquer vereador por maioria simples da Câmara e por iniciativa do Poder Executivo. Art. 7º. A exposição do tema objeto da audiência pública terá duração de no máximo 2 (duas) horas, podendo valer-se do auxílio de assessores, sem direito a apartes. Parágrafo único. Após a exposição será aberto espaço para questionamento, pelo prazo máximo de 2 (duas) horas, podendo o expositor utilizar-se de auxílio de assessores ou profissionais para esclarecer fatos e questionamentos alegados pelos participantes. Carlinho Antonio Polazzo - PROS destacou que a Audiência é um passo fundamental para a resolução do que ele chamou de "barril de pólvora" localizado na área central do município. A superlotação é um problema permanente e precisa urgentemente que a carceragem saia do centro de Pato Branco e lá permaneça somente a Delegacia com seus serviços administrativos e o atendimento a população. Lembrou que desde o dia 06 de março de 2017, a Câmara vem procurando formas de ajudar a resolver o problema. De lá para cá foram realizadas reuniões na Assembleia Legislativa e no Governo do Estado, inclusive com a entrega de ofícios ao secretário de Estado da Segurança Pública, Wagner Mesquita; do Chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, entre outras



autoridades, solicitando reforço de efetivo policial; novas viaturas; construção de nova delegacia – em área afastada do centro; não transferência de policiais para outras regiões sem permuta; estruturação da Polícia Científica; construção das instalações do Cense (Centro de Socioeducação), além de o secretário ter sido alertado quanto à superlotação da carceragem da 5ª SDP (Subdivisão Policial). Ainda pontuou que outras ações no sentido de alerta foram feitas quanto à superlotação e os riscos oferecidos, e mencionou a rebelião dos encarcerados no dia 25 de agosto de 2017. Na sequência, foi concedida a palavra ao Delegado Chefe da 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, Getúlio De Moraes Vargas. O delegado chefe da 5ª SDP, Getúlio de Moraes Vargas, comentou que por um erro histórico do Estado, foram construídos prédios abrigando a delegacia (parte de atendimento), juntamente com a carceragem. Ao se referir a possíveis mudanças no pós-rebelião, enfatizou que a situação não se alterou ao comentar que nenhuma nova vaga foi criada, tampouco a estrutura foi alterada. Disse que lhe foi solicitado representar o secretário de estado em audiência, oportunidade que lhe foi informado que estão em andamento 14 unidades para a remoção de 7 mil presos de delegacias. Sendo que de acordo com informações da Sesp, não há obras para o Sudoeste dentro deste cronograma. Contudo, comentou que mesmo antes da rebelião, empresas de Pato Branco e Francisco Beltrão apresentaram proposição para a construção de uma unidade de semiaberto em Francisco Beltrão, que já teria um terreno do Estado preparado para receber a estrutura. Afirmou que a proposição resolveria em partes a problemática existente, uma vez que abriria vagas no regime fechado. Mencionando a atual realidade da carceragem da 5ª SDP, o delegado comentou que um terço dos detentos de Pato Branco são condenados, e que nesta condição seriam transferidos. Expôs que uma alternativa e pensando no futuro do sistema carcerário, seria a construção de uma unidade para presos provisórios, onde os detentos seriam recolhidos de forma digna. O Comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar de Pato Branco, Tenente Coronel Robertinho Da Luz Dolenga, explanou que os objetivos que devem encaminhar para melhorar a segurança da carceragem de Pato Branco, deve ter em primeiro lugar a segurança da sociedade. Deve-se tomar atitudes práticas para acabar com esse problema, uma vez que existe risco eminente e potencial ao se referir que a qualquer momento pode haver uma rebelião em condições incontrolláveis. Lembrou que a cadeia pública acomoda a título precário os presos de Pato Branco e a cadeia não contempla nenhuma normativa ou critério técnico pelo aspecto físico ou pelo aspecto de ressocialização. O único papel que cumpre é de trancar o preso e não deixa-lo fugir. A Promotora de Justiça Ivana Ostapiv Rigailo fez uma breve apresentação sobre o Código Penal e mostrou sua preocupação com o fato



de a Polícia Civil realizar um trabalho distante de sua atribuição, no que tange cuidar dos presos. Destacou ainda que a delegacia deveria abrigar presos provisórios somente. Expressou que o MP (Ministério Público) sente na prática a dificuldade da Polícia Civil, ao mencionar o cuidado de presos, o que difere de suas atribuições de origem. Arguiu que na prática é a própria população que sofre com essa dificuldade da polícia que deixa de fazer a investigação, o inquérito, comentando que infelizmente a Polícia Civil passa a ser seletiva. O representante da OAB – Subseção de Pato Branco, Devon Defaci demonstrou apoio total da entidade com relação às preocupações e possíveis demandas para a resolução dos problemas existentes. Destacou ainda que as condições dos presos é desumana. O vice-presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Paraná, Dr. Ricardo Teixeira Casanova destacou a preocupação com a falta de ações práticas e efetivas. Pontuou que não existem construções de penitenciárias em andamento desde 2014 e muitas das obras apontadas como a solução para os problemas relacionados à segurança pública, nem licitadas foram. Assim questionou como vai se retirar os mais de 5 mil presos que encontram-se nas delegacias do Paraná. Afirmou que esse é um sistema que vai se tornando cada vez mais permissivo. O vereador José Gilson Feitosa da Silva – PT contribuiu sugerindo uma alternativa significativa que é o trabalho da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), incentivando a ampliação e criação de novas unidades. Também sugeriu que cada preso seja encaminhado para sua comarca. O vereador Rodrigo José Correia – PSC registrou que nenhum representante do governo do estado, bem como do legislativo estadual se fez presente nesta audiência para debater e sugerir uma solução para o problema da cadeia pública em Pato Branco. O prefeito Augustinho Zucchi lembrou que, de acordo com pesquisa realizada no passado, mais de 90% da população foi contrária a construção de uma unidade prisional no município. Analizou que uma saída seria a construção de uma casa de custódia, ressaltando que existem terrenos que podem ser utilizados para a implantação futura de uma casa de custódia ou outra unidade prisional. Dando continuidade, o presidente da Audiência Pública, Carlinho Antonio Polazzo - PROS abriu espaço para os demais componentes da mesa e munícipes manifestarem suas sugestões e considerações. Manifestaram-se Daniel Prestes Fagundes; Vitor Guerra; Marcos Andrade; Daniel Cattani; Fabio Rossi e Enio Ruaro. O debate gerou proposições, tais como: construção de casa de custódia ou cadeia pública com efetivo de agentes penitenciários concursados do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN) para abrigar os presos provisórios; incentivos para a criação de novas APACs (Associações de Proteção e Assistência aos Condenados); formar uma comissão integrada por várias entidades (Ordem dos Advogados do Brasil



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

(OAB), União de Bairros, Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco (ACEPB), Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, entidades de classe da Polícia Civil e Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)) e representantes da sociedade com o intuito de que ações sejam tomadas e possíveis soluções levadas ao Governo do Estado; que cada preso seja mantido em sua respectiva comarca; o Município de Pato Branco disponibilizou terreno para construção de uma possível casa de custódia; auxílio na mão-de-obra através do Centro de Detenção e Ressocialização (CDR) da Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão; a Faculdade Mater Dei disponibilizou os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo e o de Engenharia Civil para contribuir com o possível desenvolvimento de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para casa de custódia e para novas APAC's; consultar e contatar as entidades, como a ACEPB e FIEP, para mobilizar a comunidade local no sentido de eventuais auxílios na questão de custos e parcerias público privadas para construção da unidade de atendimento aos presos provisórios. O presidente da Audiência Pública, Carlinho Antonio Polazzo - PROS colocou em deliberação se há concordância dos presentes com as sugestões supracitadas. Em votação simbólica as sugestões foram aprovadas por unanimidade dos presentes. Não havendo mais interessados em fazer o uso da palavra e nada mais a ser tratado, às 21h55min foi encerrada a Audiência Pública. Lavramos a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência. O arquivo audiovisual na íntegra desta sessão encontra-se arquivado na Secretaria, bem como, está disponível na homepage da Câmara Municipal, no endereço eletrônico "www.camarapatobranco.com.br".

Pato Branco, 14 de setembro de 2017.

Carlinho Antonio Polazzo - PROS
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco